POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Boletim do Levantamento/CEDI nº3 Setembro/Outubro 82

KARDEX (X)
TRANSGEM ( )
X-ROX ( )
PREPARAÇÃO ( )

Página Aberta

A CORRESPONDÊNCIA DE GAMA MALCHER COM O LEVANTAMENTO.

Em março de 82, o indigenista José Maria da Gama Malcher, ex-diretor do SPI e ex-chefe do DGPI/FUNAI, devolveu ao coronel Leal (presidente da FUNAI) o diploma e a medalha do mérito indigenista, recebidos em 76, do então presidente gal.Ismarth de Oliveira. Apesar da importância de Gama Malcher para o indigenismo brasileiro e do significado do fato em si, de repúdio à política seguida pela Funaia a imprensa nada noticiou.Aproveitamos para transcrever um trecho do documento que enviou ao órgão oficial junto com a medalha e honrarias.

Além disso, na correpondência que ' mantivemos com ele nestes três últimos anos Malcher conta as dificuldades encontradas ' para reeditar seu livro "Índios" e tece considerações sobre o Levantamento e seus primeiros resultados: a pesquisa, a rede, o ' vol. do Javari, o texto de "Apresentção" e nosso Boletim. Ele opinou, criticou e apoiou sobre vários de seus aspectos,mas entre um comentário e outro, se estendeu em alguns assuntos, deixando passar informações ou fazendo memória, que consideramos importantes de serem veiculados pela rede de colaboradores do Levantamento.

DEVOLUÇÃO DA MEDALHA

"O resultado prático, após longos anos de experiência, é quase nulo.Missionários e órgãos oficiais, não conseguem decifrar o óbvio, deixar os que os índios solucionem os seus problemas, dentro das suas tradições , das suas culturas, como povo que são.(...) Do malsinado SPI - o primo pobre, o enteado de madastra do Ministério da Agricultura - à Fundação Naciocional do Índio, de estrutura faraônica para o fim a que se destina, o que mudou foi a moldura dourada. O conteúdo, índios e seus desafios diante de uma sociedade que os oprime, continuam à procura de soluções"

A REEDIÇÃO DO LIVRO "ÍNDIOS"

Em princípios de 77, o Gen.Ismarth de Oliveira, então presidente da Funai, pediu-me para rever e atulizar o livro "Índios", para uma segunda edição. Firmei contrato e, em dezembro de 77, entreguei os originais ao Museu do Índio, juntamente com um mapa - Carta do Brasil - ao milionésimo do IBGE-1972. Nesse contrato eu me comprometia a ceder os direitos autorais à FUNAI (devia ser para os índios). Já são quase tres anos.Depois da ' procura de quem queria editar o livro, que todos diziam ia ficar muito caro,etc., a ' Fundação Roberto Marinho, creio que uma mínima verba da Funai e do CNPq está editando. Infelizmente não irá sair como eu desejava. Em todo caso vamos esperar.

Modifiquei alguma coisa quanto à 1ª edição.Embira conservando as áreas culturais do Galvão, eu localizei por Estado e Territórios. No mapa, a localização foi feita com pequenos círculos, com um número que designava a tribo no texto e com uma cor indicava o grupo linguístico de acordo com o trabalho do Aryon, publicado no v.9 do Delta Larousse. A bibliografia eu rpocurei pesquisar os mais recentes trabalhos e, nessa parte , contei com a colaboração da bibliotecária do Museu do Índio, Maria Pompéia de Araújo Lima. Com relação às fotos eu procurei mostrar os contrastes do índio livre de contato e os ' desintegrados. Para isso pedi fotos de vários antropólogos, Lux Vidal, Adair Palácio,

Delvair Melatti,SIL,etc. Pelo que soube,eles vão fazer um mapa de 1:5.000.000, descartável. Não vão usar as cores para diferença ' dos grupos linguísticos, vão mencionar com uma letra T (Tupi) etc. , fora do círculo e mais uma série de modificações que estou vendo que, do meu livro, pouco vai restar.E, ' tem mais , vão reproduzir fotos da Comissão Rondon. Como vê, a coisa é bem atualizada. Como disse, separei por Estados e depois do texto e da bibliografia vinha o mapa.Podíamos ter uma visão rápida da incidência de ' grupos,como, por exemplo , os Karib no Pará Setentrional, os Jê, e assim por diante. Diante de tudo isso, qualquer dia, cedo à Funai também a autoria e peço que me esqueçam. (Nota do editor: até hoje o livro está sem previsão de saída).

SOBRE O DEBATE NO MUSEU NACIONAL

Quanto aos comentários e advertências que vêm no Boletim nº2... acho que o Castro Faria está com razão.Se pioneirismo há é o de vocês e nenhum trabalho anterior tem nada a ver.Sobre o comentário do sr.Alfredo ' Wagner, discordo, quando menciona:"...Aí,outro perigo, talvez seja essa leitura ingênua so Rondonismo.Não é por acaso que os trabalhos de Ribeiro e Malcher são dedicados ao Rondon..."

Quando comecei a trabalhar no SPI, ontei com a colaboração não só de Rondon , mas também de d.Heloisa Alberto Torres,Charles Wagley, Baldus, Schaden e, com maior ' convívio - Curtu Nimuendajú. Daí eu dedicar o meu trabalho a Rondon e Curt.(...)

Felizmente continuo bem de saúde e estou disposto a ajudá-los naquilo que me for possivel, apesar de...não possuir mais arquivo.

Mais uma vez meus parabéns, continuem sem esmorecimentos e, das críticas, ' procurem separar as chamadas críticas construtivas das que não conseguem esconder ' nas entrelinhas conhecidas frustrações.

A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Tudo depende da "varredura" com rede de malha miúda, para descobrir grupos que, cada vez mais, procuram escapar no nosso ' contato.E, algo muito importante para esse tipo de trabalho -idoenidade das informações.

Quando trabalhei na edição do livro Índios, seu fiz só, valendo-me do meu arquivo e das bibliotecas que consultava. Na época, já estava aposentado e era membro do CNPI.Pedi à D.Heloisa Alberto Torres, então presidente, para prefaciar o que ela, em princípio, chamou de "opúsculo", depois declarava que o "Conselho trabalha em silêncio ..."Foi editada, para aproveitar verbas que iam ser recolhidas, pela Imprensa Nacional. Não tive outro intuito senão divulgar o que já vinha coletando e ajudar, principalmente, as alunas do Instituto de Educação (Escola Normal) que, volta e meia, procuravam-me para saber algo relacionado com os índios, quase sempre nas vésperas do dia 19 de abril, etc. Elas estudavam e creio que ainda o fazem, na base de... tupi na costa e os tapuia no sertão...

Nessa época, ou seja, na década de 60, eu preparei um questionário,mais ou menos semelhante ao que vocês fazem agora.Creio que fizeram um levantamento na região sul e,se me lembro,entre os índios do Maranhão.É por isso que falo em idoneidade dos informantes. Eu, em 1940 fui chefe da 3º I.R.(Maranhão) e percorri,partindo do Pindaré,por uma velha estrada de boiadas,abandonada,até Barrado Corda, passando por Grajaú e,dessa forma,visitando as aldeias dos Guajajara,Urubú,Krikati, Montes Altos,etc.As informações não coincidiram.Não tomei mais conhecimento do assunto. Deve estar arquivado no Museu do Índio.

Mais tarde, já na direção do Depto. do Patrimônio Indpigena, confiando em funcionários que julgava idôneos,ou responsáveis, acredito que tenha fornecido certidões negativas para que fazendeiros conseguissem incentivos da Sudam.Cheguei mesmo a pedir uma reserva para os Nambikwara,ainda confiando em informantes que lá estiveram.As terras reservadas não valiam para nada.Daí para diante estou sempre na base de São Tomé, ou do nosso marechal de ferro - confiar, desconfiando sempre... (...)

Como disse à princípio, a varredura é necessária.Lembro-me de uma pesquisa feita pelo Protásio,ainda era frade.Eu menciono todos os pequenos grupos do Pará Setentrional. Mais tarde, falando em Brasília com técnicos que andaram por lá, eles me afirmaram que não havia mais índio algum, salvo os do Parque de Tumucumaque...Insisto nisso porque sei que eles vão recuando cada vez mais,procurando cabeceiras de igarapés,etc. Há pouco tempo a Prelazia de Lábrea (Purus) encontrou um grupo de cerca de 400 índios, no igarapé Coxodoá.Tinha informações que pela região vivia um grupo denominado Marimã.É bem possivel que sejam os mesmos.Os padres nunca esquecem as antigas brigas do SPI, ou melhor,de Rondon, com os salesianos,etc.,estão sempre prontos a criticar.Eles não se lembram que o SPI foi fundado em 1910 e que sobreviveu com altos e baixos até ser extinto e que as Missões de catequese estão trabalhando com índios há mais de 4 séculos.Não há meios de entenderem que o momento é de união em benefício do que resta de índios.A luta agora é, mais que nunca, de sobrevivência.

Andamento dos Volumes

AMAPÁ/NORTE DO PARÁ (vol. 3)

A primeira versão deste volume está praticamente fechada. Já estão prontas as partes referentes à área do Uaçá (Palikur, Galibi, Karipuna) e aos povos Galigi do Oiapoque, Waiãpi, Wayana-Aparai e Tiriyó. Faltam apenas o fechamento do capítulo sobre os Wai-Wai e das duas introduções parciais sobre cada uma das grandes regiões indígenas em que se divide a área. No lugar da introdução geral histórica, que deveria abrir o volume, se fará uma apresentação geral desta versão 1, que se limitará a fornecer alguns dados explicativos de sua elaboração, tematizando, ao mesmo tempo, os conteúdos que deverão caber na introdução, a ser feita para a versão definitiva. Como a redação dessas partes está na fase final, faltando sómente sua edição, prevemos para a primeira quinzena ainda deste mês o fechamento total da versão. Calculamos como necessário pelo menos um mês para sua circulação na área e entre os consultores coordenadores, após o que (segunda quinzena de outubro, mais ou menos) iniciaremos a preparação da versão final e a produção propriamente dita do volume, que esperamos estar pronto ainda este ano.

SUDESTE DO PARÁ (vol.8)

Não houve a reunião marcada para o dia 4 de setembro, dos colaboradores envolvidos diretamente na redação da primeira versão. Dado o andamento dos trabalhos, foi feita uma reunião menor, da equipe de edição com Lux Vidal e Antonio Carlos Magalhães, dia 31/8. Está pronta a redação dos capítulos: Assurini do Koatinemo (Regina Muller), Gavião (Iara Ferraz), Parakanã (A. Carlos), Suruí (Renato Queiroz), Xikrin do Cateté (Lux Vidal). Estão ainda em fase de redação: Arara (pelo Beto, com base no material coletado por e assessoria de Andrea Tonacci), Assurini do Trocará (texto inicial de Lux Vidal, com revisão de Roque Laraia e atualização de Lucia Andrade). Lux Vidal vai iniciar agora a redação do texto sobre os Kayapó do Xingú, dos quais há poucas informações atualizadas e fidedignas comparativamente. Marcou-se outra reunião para o dia 27 de setembro, às 10 horas, no CEDI. Espera-se que a primeira versão integral do texto possa circular para discussão entre 15/10 e 15/11, ficando o fechamento final para dezembro e a produção gráfica para janeiro. Em tempo: o capítulo Araweté foi redigido por André Amaral, com base nos relatórios de Eduardo V. de Castro.

NORDESTE (vol.10)

A área Nordeste compreende o Norte do Estado da Bahia (acima da bacia do rio de Contas) e os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, onde vivem dezessete povos indígenas razoavelmente bem conhecidos. Destes, onze são reconhecidos e assistidos regularmente pela FUNAI:

BA - Kiriri, Kaimbé e Tuxá
AL - Kariri-Xokó e Xukuru-Kariri
PE - Xukuru, Fulniô, Kambiwá, Pankararu e Atikum
PB - Potiguara

Enquanto que os outros seis não recebem assistência regular e têm lutado pelo seu reconhecimento como povos indígenas:
BA - Pankararé, SE - Xokó, AL - Tingui-Botó e Wasu, PE - Kapinawá e Truká. Além destes, há uma série de indícios da existência de outros povos indígenas no Nordeste, variando desde indicações bastante seguras como nos casos dos Tremembé e Aricobé, até referências vagas a locais onde existiriam "caboclos". Dentre as indicações mais confiáveis de locais temos: BA - Missões (Aricobé), Serrinha, Valença, Aratuípe (Kariri), Massarandupió, Uauá, SE - Água Azeda, Terra Caída, PE - Tabocas, RN - Caraúbas, CE - Almofala (Tremembé), Caucaia (Tabeba) Porangaba, Baturité, PI - São Gonçalo do Piauí. Entre os povos mais conhecidos há alguns cujo volume e qualidade das informações disponíveis podem ser considerados satisfatórios. Notadamente aqueles sobre os quais foram realizados trabalhos científicos mais ou menos recentes como Tuxá, Kaimbé, Fulniô, etc, sobre os quais as informações são mais completas no que se refere sobreturo ao ítem "Modo de Vida", nos termos do Levantamento. Por outro lado, no que diz respeito à assistência, educação e saúde, terra e relações interétnicas, os dados são mais seguros para os povos de Bahia e Sergipe, com os quais a coordenação da área e os colaboradores mais diretos mantêm contato regular. Em Alagoas e Paraíba o contato da rede local de colaboradores com as áreas e com a coordenação pode ser também considerado bom, devendo melhorar. Em Pernambuco, entretanto, sentimos a falta de colaboradores em contato mais efetivo com as áreas, inclusive antropólogos. Com vistas ao estabelecimento ou consolida

ção de relações, a coordenação visitou dez povos da região em julho/agosto de 1981, aproveitando para coletar o maior número possível de informações no pouco tempo disponível. Esta viagem revelou-se útil também pelo estímulo à participação de colaboradores indígenas. Posteriormente, visitaríamos por conta própria outras duas áreas dentre as que não tínhamos contatos anteriores ao Levantamento. Além do trabalho de campo, tratou-se de reunir e selecionar a literatura disponível, tanto a de caráter histórico, bastante dispersa por compreender um período de mais de três séculos, como os trabalhos mais recentes, também dispersos por terem sido veiculados em sua maioria em pequenas publicações de âmbito local. Levantou-se também algumas indicações referentes às áreas desconhceidas da literatura antropológica e dos órgãos oficiais, quando constatamos um bom número de informações seguras. Um dos nossos problemas atuais é obtermos a verificação destas indicações e trabalhá-las em função do Levantamento.

Rede de colaboradores: A rede de colaboradores no Nordeste é relativamente extensa, o que provoca alguma dificuldade na circulação de material e na manutenção de contatos mais regulares com a coordenação, o que em muitos casos só poderá ser melhor encaminhado via uma aproximação inicial direta. Ao contrário da maioria das demais áreas, a coordenação e a rede de colaboradores do Nordeste encontra-se dispersa e relativamente isolada na própria região, longe da coordenação central do Levantamento. Entretanto, podemos afirmar que a rede está formada, restando consolidá-la via maior circulação de informações, além de melhor identificação de possíveis colaboradores nos Estados onde temos apenas indícios da existência de povos indígenas. Estamos avaliando a oportunidade de uma reunião do maior número possível de colaboradores com a coordenação da área e participação da equipe de edição.

Estrutura do volume: A redação do volume procurará atender às especificidades da área indígena Nordeste dentro das caracteristicas e dos itens propostos para o Levantamento. Assim, enfatizar-se-á a história indígena da região e a história particular de cada povo, tendo em vista sobretudo as questões relativas à identidade étnica e à posse da terra. Além da introdução, o volume deverá ter dezessete capítulos referentes a cada um dos povos melhor conhecidos. Quanto aos "indícios", pensamos inicialmente em reuni-los num único capítulo, o que poderá ser desdobrado de acordo com o acúmulo de informações até à época da redação final.

Previsão: O material reunido já nos permite iniciar a redação dos capítulos relativos a alguns povos; Kiriri, Kaimbé, Pankararé, Tuxá e Xokó, o que pretendemos realizar até o final deste ano, paralelamente ao levantamento e classificação do material referente aos demais capítulos e à consolidação da rede de colaboradores. Por esta época, seria interessante um balanço junto à equipe de edição, com a possibilidade de estabelecimento de um cronograma relativo à complementação da redação e fechamento final do volume (Maria do Rosário Carvalho).

LESTE DO MATO GROSSO/GOIÁS (vol.15)

Este volume se compõe de nove capítulos referentes aos Bakairí, Bororo, Xavante, Xerente, Tapirapé, Karajá, Javaé, Xambioá e Avá-Canoeiro. O volume tem dupla coordenação: as informações referentes aos quatro primeiros grupos estão sendo articuladas e organizadas por Aracy Lopes da Silva; as referentes aos demais grupos por André Amaral. Como estratégia comum a todo o volume, procuramos perceber, em cada caso, o núcleo de informações mais significativas para sua caracterização. A redação deverá enfatizar esses núcleos, de modo que o volume, uma vêz concluído, possibilite ao leitor - através do exame de situações específicas - uma visão bastante completa de aspéctos fundamentais da problemática indígena. Assim, a realidade Xavante permite o exame de processos de recuperação dos territórios tradicionais e o "Projeto Xavante" é exemplar em termos de revelação da ideologia e da prática indigenista oficiais; da mesma forma o estudo da realidade Karajá nos revela que a permanência e a resistência de um grupo pode se dar através da manutenção e atualização da sua vida cultural e ritual ao invés de enfatizar a recuperação do território como entre outros grupos.

Andamento do Volume: Os povos indígenas compreendidos pelo volume são, via de regra, bastante conhecidos, havendo monografias ou trabalhos específicos publicados a seu respeito. Basicamente a rede de colaboradores e redatores é composta por antropólogos e por missionários e leigos católicos. A coleta de informações está bastante adiantada. Alguns dos capítulos já tem uma redação inicial, como a dos Bororo, Xavante e Avá-Canoeiro. Outros já tem a redação "encomendada" para breve. Mas existem grupos ainda "problemáticos", como os Avá-Canoeiro, ainda sem contato, que vivem a 300 km de Brasília,

e os remanescentes dos Kaiapó, Karajá, Java é e Xerente que foram aldeados no século passado e que vivem no Município de Caval - cante, GO. Sobre os primeiros dispõe-se apenas da parte histórica e nenhuma informação mais atual (a não ser as notícias de jornais). Sobre os últimos dispõe-se de alguns relatórios atuais mas resta o problema de como "encaixar" estes remanescentes no volume, conjugando sua identidade de "Índios Gêneéricos" com a estrutura de capítulo/etnia e a sua história que é comum a muitos dos povos do volume.

Andamento dos trabalhos: Bakairí: redação do capítulo a cargo de Edir Pina de Barros (UFMT - Cuiabá). Foi escrita uma carta à Débora Pichi (da Universidade da Flórida), que ofereceu colaboração ao Levantamento e tem trabalhos sobre a ecologia e demografia Bakairí, solicitando material. Bororo: Redação inicial de Paulo Marcos N. Serpa (USP), com base na extensa bibliografia existente e nas fichas com dados atuais preenchidas pelo Padre Ochoa (Missão Salesiana MT) e em sua própria pesquisa de campo. O texto está agora circulando entre os muitos antropólogos que trabalham com os Bororo para que o enriqueçam com comentários, adendos e correções. Xavante: Redação inicial de Aracy Lopes da Silva a partir, principalmente, da colaboração de antropólogos e indigenistas. Estão prontos os ítens relativos à denominação, língua, localização e histórico do contato até meados do século XIX (sendo comum aos Xavante e Xerente). Educação e demografia estão sendo trabalhados agora. Há dados sufucientes para a redação dos demais ítens até 1981. Não se dispõe de dados sobre a situação atual (1982) dos Postos Indígenas e do andamento dos projetos agrícolas implantados pela FUNAI recentemente. Esperamos atualizar o quadro com a colaboração de antropólogos que estão atualmente na área. Uma vez pronta esta redação inicial do capítulo ele deverá circular entre os que trabalham (missionários e indigenistas) e trabalharam (indigenistas) com os Xavante mas que até agora não chegaram a colaborar. Xerente: É um dos capítulos mais difíceis de serem escritos, dada a falta de trabalhos publicados recentemente a seu respeiro. A grande fonte é ainda a monografia escrita por Nimuendajú em 1946. A Irmã Sílvia Wakedí, até agora nossa única colaboradora neste capítulo, está vivendo com os Xerente e reunindo material sobre a história e a situação atual. Contamos com Sílvia para a redação deste capítulo. Pesquisas de campo entre os Xerente estão para ser retomadas ou iniciadas em breve. Esperamos contar com nos os colaboradores até meados de fevereiro, de modo a tornar menos pesada a tarefa de Sílvia! Avá-Canoeiro: Já foi redigida a parte histórica e informações atuais sobre o grupo que foi atraído em 1973 e atualmente vive no P.I. Canoanã. Faltam dados recentes sobre os Avá do Município de Cavalcante e que estão sendo atraídos pela FUNAI. Já foram enviadas cópias dessa primeira redação para o Prof. Roque Laraia (da UNB) que já esteve com o grupo e para Mércio Gomes (UNICAMP) que devolveu o texto com propostas e modificações. Estamos esperando um relatório prometido por Roque Laraia e que trata da existência de um terceiro grupo Avá que não teria aceitado o contato em 1973 e que vive atualmente, próximo à Ilha do Bananal. Javaé: O material histórico já está reunido. Faltam alguns dados referentes ao período 1900-1940. Os dados sobre a situação atual das aldeias estão relativamente atualizados faltando apenas dados sobre os recentes projetos implantados pela FUNAI no P.I. Canoanã. Uma primeira redação deverá estar pronta até março de 1983. Karajá: Situação bastante parecida com a dos Javaé: dados históricos suficientes, falta explorar o período 1900-1950 através das numerosas agências de contato (S.P.I., Missões Católicas e Protestantes, Fundação Brasil Central entre outras) que atuaram entre estes índios. Os dados relativos aos últimos 20 anos são satisfatórios, mas os dados sobre a situação nos Postos nos últimos dois anos precisa ser atualizada. A primeira redação do capítulo deverá circular entre karajás monitores, estudantes em Brasília, missionários e leigos católicos que trabalham na área. Esperamos ampliar a rede de colaboradores deste capítulo a partir da redação da versão inicial. Contamos com o Zé e o Dilson (que trabalham em Luciara) e Maria Sílvia para lerem, opinarem e proporem mudificações no capítulo. Xambioá: Dispõe-se de alguns dados históricos que mal cobrem o período que vai do século XVIII até o presente.

Não se conhece nenhum antropólogo, missionário ou curioso que tenha estado com o grupo. A única notícia que se tem é que o grupo perderá 2/3 de suas terras (demarcadas) com a construção da hidroeletrica de Santa Isabel. Em novembro André Amaral deve viajar para a área. Tapirapé: É um grupo sobre o qual existe uma literatura etnográfica bastante rica e do qual se destacam entre outros a monografia de Baldus e os trabalhos de Wagley. Depois que estes Antropólogos perderam o contato com o grupo a história do contato foi acompanhada pelo testemunho das Irmãzinhas de Jesus, pelo Pe. Jentel e pela Eunice e Luís, que trabalham com educação e que são ligados à Prelazia de

São Félix. Falta reunir e redigir esta "memória" da equipe de Pastoral Indigenista da PSF que acompanha os Tapirapé nos últimos 20 anos e historiar a luta pela terra, travada por estes índios.

Cronograma do volume: de setembro de 1982 até fevereiro de 1983: redação dos capítulos -até 10 de março de 1983: entrega da 1ª redação dos capítulos à coordenação. Elaboração pela coordenação de uma lista de temas que deverão constar da introdução geral. Esse esboço de introdução será anexado aos capítulos e enviados para os consultores da parte histórica e de terra do volume (que constarão da introdução do volume)- início de abril: reunião da coordenação com os consultores que ajudarão na elaboração da parte histórica e de terras. Com os subsídios apresentados vai se elaborar uma primeira versão da introdução. Esta introdução será anexada aos capítulos e distribuída aos colaboradores para leitura e avaliação. Essa é a primeira versão do volume - início de maio: reunião de avaliação da primeira versão do volume com a participação de colaboradores que trabalharam na redação, dos que podem auxiliar na atualização dos dados, a equipe de redação e consultores. A equipe de edição e a coordenação se encarregam de modificar o texto, incorporando as modificações sugeridas. Na sequência: revisão e arte final pela equipe de edição. (Aracy L. da Silva e André Amaral).

Volume do Javari

SEMINÁRIO REALIZADO NA UNB

Dando continuidade à publicação das discussões desencadeadas pelo vol. do Javari, trazemos agoar alguns trechos do relato escrito pela antropóloga Priscila Barbosa, com base no seminário realizado dia 13 de maio, na UNB. Como, por descuido, a gravação falhou, pedimos à Priscila que nos escrevesse uam síntese dos principais ítens da discussão, da qual participaram vários colaboradores (antropólgoos e indigenistas),membros da equipe de edição e o coordenador do volume, Julio Cesar Melatti. Foi dessa versão, portante, que extraímos os trechos que estamos publicando.

Os principais pontos discutidos foram a relação entre os colaboradores, informantes e coordenadores; a relação entre campo político, campo religioso e campo intelectual, no que diz respeito especialmente à autonomia do projeto; o probelma de sua descontinuidade/continuidade em relação ao que se produz sobre índios e questão indígena no Brasil ; e , a historicidade como problema epsitemológico.

PECULIARIDADE DE CADA VOLUME

Maria do Rosário Carvalho, iniciando o papo, sugeriu que se discutisse a metodologia em seus procedimentos práticos, para pensar como acionar a rede de colaboradores constituída e acelerar a dinâmica já ativada. Cada volume teria uma especificidade e agora estaríamos aprendendo com os erros e acertos do rpimeiro volume. Rafael Bastos pergunta ao Melatti quais foram as principais dificuldades.

No Javari, segundo Melatti,a rede de colaboradores é pequena: Delvair Melatti, Teri, Marco Antonio, um chefe de posto do Ituí e outro do igarapé Lobo. Isto parece ter constituído uma facilidade, assim como a possibilidade de acesso à Funai e acertos documentos. A primeira versão do texto circulou então entre esta rede e entre os consultores. Segundo o Beto, foi um trabalho infernal atualizar os dados censitários, pois apesar do trabalho de campo ter sido relativamente recente, havia - segundo alguns consultores - uma lacuna a respeito da situação fundiária na região.

RELAÇÃO COM A REDE

Beto retoma o assunto da relação coordenador/coalborador/informante. O projeto pretende que cada volume seja resultado, instrumento e síntese de um processo de discussão coletiva e aprticipante, da conjuntura política, econômica e social de cada Área. Neste processo a rede local seria o epicentro, cabendo ao coordenador expressar a rede de colaboradores.Mas na realidade existem diferentes categorias de colaboradores e estas podem marcar diferentes visões. Melatti sugere a apresentação, em contraste, no caso da emergência de visões opostas.

Rosário afirma que a rede de colaboradores deve aprticipar em todas as fases e, assim, poderá ser expresso o movimento em cada Área, num jogo dialético entre as diversas visões, entre a teoria e os fatos. Questiona o sistema de fichas-padrão.Elas só teria validade para quem está pouco motivado e dispões de dados relevantes.Quando existe um envólvimento maior, elas perdem o sentido, além de serem esquemáticas e não sintetizarem a situação geral dos povos indígenas, pois as disparidades regionais exigem um outro tipo de síntese, isntruída por procedimentos analíticos.

O caso do Acre (citado por Terri) foi considerado especialmente complicado, pois aí se manifesta o conflito entre antropólogos, missionários e indigensitas. Todos seria agentes da política alternativa local, com diferentes visões desta política, diferentes formas de agir: informantes e pesquisadores, vivendo o movimento real e pensando nele e interagindo com o índio, figurado tradicionalmente pela antropologia como objeto(...)

FUNÇÃO DO PROJETO

Segundo Beto, o levantamento seria mais um instrumento político que um material didático, de apoio às formas de luta indígenas. Projetos de educação e o Levantamento seria coisas paralelas, complementares. Existem Áreas que o levantamento pode ter um efeito muito grande, em outras o público é mais reduzido, como no Javari.

CONTINUIDADE/DESCONTINUIDADE

Beto coloca sua versão da discussão havida noMuseu Nacional (depois publicada no Boletim nº 2). Teria sido posta em questão a relação do Levantamento com trabalhos anteriores. O ensaio de "Apresentação" mencionaria uma descontinuidade em relação a esses trabalhos, mas ao mesmo tempo prestaria contas a eles, demonstrando pretensão de levar a cabo uma tarefa que eles se propuseram mas não realizaram.

Até que ponto o Levantamento estaria sendo encarado pelos seus participantes como uma enciclopédia dos municípios indígenas, ou como uma obra rara (porém original), ou como um manual de etnografia, ou uma espécie de Handbook of Brazilian Indians?

HISTÓRIA

O voluem do Javari, ainda segundo Beto, tem sido criticado por tratar linearmente da história, estabelecendo com ela um tributo acadêmico. O que importaria não são os fatos passados, mas como eles marcam o presente. A idéia seria dissecar a realidade mais complexa, pois sua anatomia explicaria a da menos complexa, cujo exame, por sua vez, pode provocar fagulhas que esclareçam o momento atual, tomado como totalidade.

Melatti disse que trabalhar com história é um caso delicado, pois defronta-se a todo momento com verdades e mentiras. Perguntou o que fará depois de escutar todos os comentários sobre o vol. do Javari (de índios, indigensitas, missionários, coronéis, etc.) Será que um novo vol. Javari representaria uma descontinuidade? O levantamento superará o desafio de um aprendizado metodológico que nos leve a uma produção coletiva e própria?

* * *

RESENHAS . A Rev. de Cultura Vozes, de maio e o jornal Porantim , de setembro, trouxeram resenhas sobre o vol. Javari. A do Porantim foi escrita pelo missionário Bartomeu Meliá que, em meio a considerações teóricas ou acadêmicas, toca num dos pontos chaves da série de publicações: "a obra não se envergonha de ter uma finalidade instrumental na ação idígena. Neste sentido, tanto os ítens selecionados, como as informações fornecidas, pretendem servir à causa indígena, e deveriam ser usadas para esse fim. O uso é que vai testar, por sua vez, a validade da informação e dizer se os dados foram simples recursos ideológicos ou, pelo contrário, documentos do real".

Colabore com o

BOLETIM

ESPECIAL

A Questão da Atualização

Uma vez saído um volume, fica a questão: como atualizar permanentemente as informações básicas, diante da realidade sempre metável? Não pelo mero capricho de manter a situação da Área "sob controle"(ilusão de poder), mas para dar continuidade aos objetivos políticos e metodológicos do Levantamento: mobilização e veiculação permanente de informações de apoio aos interesses dos povos indígenas (de cada grupo local em aprticular), com base numa rede de colaboradores/agentes que garanta a fidedignidade dessas informações.

Essa questão tem sido discutida, aqui e ali, entre colaboradores, desde o início do trabalho. Como fazer a atualização permanente? Critérios, forma, periodicidade ... Esses aspectos foram abordados nas reuniões de coordenadores de Área em 80/81, sem chegarmos a uma conclusão final. Falou-se em divulgar as atualizações em fichas , por povo, a serem anexadas aos volumes correspondentes. Levantaram-se também outras alternativas: um livro do ano ou uma fusão com a publicação ACONTECEU anual.

Agora, com a saída do vol.Javari , já temos uma motivo concreto para tentar encontrar uma solução, principalmente depois que recebemos algumas informações de fontes da Área, a propósito de atualização. É o caso , por exemplo, da carta de Silvio e Claire Cavuscens trazendo informações sobre uma aldeia Mayorúna , de Santa Sofia, que não consta do vol. Javari.

Nesse sentido, a equipe de edição achou oportuno publicar essas pequenas atualizações como matéria especial no Boletim, a pretexto de concretizar a discussão e suscitar a reflexão entre colaboradores. Esperamos poder tomar uma decisão mais definitiva a respeito no encontro de representantes de Área que está sendo planejado para março /abril de 83 , ocasião em que já teremos publicados os volumes 3 e 8.

Mayorúna

Fonte: carta datada de 15/6/82 de Silvio e Claire Cavuscens (missionários leigos da Prelazia do Alto Solimões) à equipe de edição do Levantamento, informa a respeito da aldeia de Santa Sofia, que não consta do vol. Javari, onde estiveram por alguns dias.

Localização da aldeia: margem direita do rio Jaquirana (na beira), a 5 horas com canoa a motor de 15 HP, acima do Lobo, lado brasileiro. Tipo de moradia: 3 malocas grandes e 3 casas sobre palafitas (ao estilo regional). População atual: 9 homens, 5 mulheres, 8 meninos e 9 meninas, num total de 31 pessoas, às quais devem se juntar proximamente mais 21 Mayorúna (4 homens,5 mulheres,7 meninos e 5 meninas) que vêm do Perú. Histórico: esses Mayorúna estão em Sta.Sofia há dois anos, vindos do Perú, onde viviam no Igarapé Santa Sofia, parte da mesma região. O mayorúna Antonio Flores informou que nasceu nessa área, do lado brasileiro.Seus pais mudaram-se para o lado peruano, no igarapé Santa Sofia. Com a chegada dos missionários do SIL, mudaram-se para o Choba e daí, por conflitos internos, Antonio Flores e outros voltaram para sua área de origem.onde vivem hoje. No momento esperam a chegada de um grande grupo de parentes. Tutela e Assistência: nunca receberam da FUNAI.Quando descem até o Posto 31, por motivos de saúde, dizem que não são atendidos, tendo que procurar Angamos ou Palmeiras. Dizem que recebem pressões do funcionário da FUNAI para que passem a morar no P.I. 31 , local onde fazem trocas eventuais de bananas por roupa e farinha, com os Mayrúna que aí vivem. Afirmam que não gostam dos Mayorúna do 31, nem dos do PI Lobo, preferindo relacionar-se com os do Lameirão, seus parentes. Alguns, seja a passeio ou por motivo de doença, chegaram a visitar Benjamin Constant ou Tabatinga (com avião da FAB de Palmeiras). Situação atual da terra: da aldeia de Sta.Sofia não foi considerada em nenhuma das propostas do PARQUE DO VALE DO JAVARI, apresentadas no vol.5.Seria necessário modificar o traçado dessas propostas para incluir o território tradicional desses Mayorúna.Situação de saúde: febre , desinteria,gripe e tosse são as doenças mais frequentes, juntamente com mordidas de cobra (jararaca e surucucu).Modo de vida: esses Mayorúna mantêm pinturas corporais, enfeites malocas tradicionais com adaptações, alimentação sem sal nem açúcar, uso frequente de "rapé", caça com arco e flecha.Língua: todos falam a própria língua, alguns falam pouco de espanhol.Três dos atuais moradores foram alfabetizados por missionários do SIL, na língua materna.

A população Mayorúna do PI Lobo é de 104 pessoas e no PI 31 de 146.

*

Kanamari

Fonte: carta de Silvio e Claire Cavuscens, missionários leigos da Prelazia de

Alto Solimões, à equipe de edição do Levantamento em 15/6/82 , depois de viagem à área indígena nos meses de maio/junho de 82.

Localização: a aldeia está na margem direita do rio Javari, a três voltas acima do igarapé Irarai. População: 7 homens, 6 mulheres, 7 meninos e 3 meninas, num total de 23 pessoas. Histórico: vivem nesse local há dois anos, vindos da boca do igarapé Irari, onde viveram 5 anos. Antes, viveram 15 anos dentro desse igarapé, depois que vieram do igarapé São Vicente, afluente do Juruá, onde tinham frequentes conflitos com os Kulina e com os brancos invasores. Rumo ao Irari, passaram pelo Massapê, onde ainda vivem outros Kanamri, com os quais se relacionam. Situação atual da Terra: a FUNAI, contam os índios, lhes assegurou (?) as terras que vão do igarapé Irari até a casa do sr. Otávio, no seringal Boa Esperança. Modo de Vida: todos os homens trabalham madeira no inverno e seringa no verão. Os patrões para a madeira são Zé Filó e Arnaldo Farias, que pagam Cr$7.000,00 por metro cúbico de madeira de lei. Para a seringa, Paraíba e Chico Figueira pagam Cr$110,00 o Kg de borracha no verão. A subsistência está apoiada em várias roças de macaxeira e bananas. Há pupunhais em abundância, usados nas festas (caissuma).

*

Matis e Marubo

Segundo fontes da área, o sertanista Pedro Coelho está transferindo duas famílias Matís (cerca de 18 pessoas) das proximidades do PIA Ituí para a boca do igarapé Boeiro. Nesse local, os Matís transferidos ficarão próximos das roças dos demais Matís que ainda não mantem contatos regulares com a FUNAI.

Esta transferência foi motivada pelos conflitos entre os Marúbo (índios com vários anos de contato) e os Matís (de contato mais recente) que conviviam no PIA Ituí, onde permaneceram depois de servirem aos trabalhos de atração dos Matís.

*

Indios da Confluência Itui/Itacoai

Vários jornais do país noticiaram em meados de julho a morte de dois funcionários do Posto de Atração da Funai no rio Itacoaí, por índios "curubus". Segundo o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO de 16/7, José Pacífico de Almeida e Amélio Rosário foram mortos quando abriam uma picada na mata, a 500 mts. do Posto de Atração Marúbo e foram surpreendidos por 12 índios armados de bordunas.

Os sertanistas Sebastião Amâncio e Pedro Coelho (este último chefe do PIA) foram enviados ao local para resgatar os corpos das vítimas e levá-los para Atalaia do Norte, onde moram suas famílias.

Segundo fontes da Área informaram ao BOLETIM do Levantamento, esse ataque interrompe uma série de visitas amistosas dos índios à sede do PIA. Os funcionários da frente de atração levantam alguns fatores conjunturais para essa reação dos chamados (pelos Matís) "Korubo": recente surto de gripe que se alastrou entre os índios, irritação com as frequentes invasões de madeireiros na área e uma possivel divisão interna do grupo diante dos trabalhos de atração. Há quem estabeleça uma relação entre esse ataque e o conflito ocorrido em 1975. Nessa época, a frente de atração era composta por duas pessoas que estavam instaladas num barco, com algumas visitas a uma clareira aberta na beira do Rio Branco, no subposto Tabocal. Um dos funcionários da frente é morto pelos índios. No resgate do corpo, outors funcionários da Funai teriam atirado e matado índios.

O fato é que a frente foi desativada e so trabalhos de atração só foram retomados em 1980. A frente foi localizada a 24 horas de motor, no rio Itacoaí, acima da boca com o Ituí. Composta inicialmente de 4 pessoas, a frente contava com um barco, uma casa construída numa clareira aberta na beira e, mais para dentro, um tapiri para colocação de brindes. Há quatro meses a equipe havia sido reforçada por 10 trabalhadores braçais e alguns índios estavam visitando o local, amistosamente.

Depois do ataque dos índios, a FUNAI retirou todos os seus funcionários da área e desativou a frente. Circulam rumores de que ela seria reativada em 83, ao estilo da frente Arara (PA), com a contratação de 60 homens, entre eles índios Tikuna, Marúbo e Matís.

*

O PROJETO FERRO-CARAJÁS E AS ÁREAS INDÍGENAS POR ELE ATINGIDAS.

(por Lux Vidal)

O financiamento concedido pelo Banco Mundial por Lux Vidal para o Projeto Ferro-Carajás, a cargo da Companhia Vale do Rio Doce, estava sujeito a certas exigências com relação às áreas indígenas afetadas por ele. O Banco Mundial recomendava expressamente a demarcação e garantia das terras indígenas. Sendo então liberados recursos para o "Projeto Especial de Apoio às Comunidades Indígenas", localizadas na área do Projeto Ferro-Carajás. A duração do Projeto de Apoio é de cinco anos com uma parcela específica dos recursos para cada posto indígena. O Banco Mundial considerou que nove grupos indígenas seriam atingidos pela implantação da Estrada de Ferro, a saber: os Xikrin do Cateté, os Gaviões, os Suruí do Sororó, os Parakãna, os Apinayé, os Guajajara, os Urubu-Kaapor, os Guajá e os Krikati. Em janeiro de 1982, a FUNAI apresenta um Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas com uma listagem genérica de alocação de recursos. Diante da falta de um estudo mais elaborado do ponto de vista antropológico, ecológico, médico e jurídico dos grupos indígenas afetados, e com vistas ao uso o mais adequado possível dos recursos liberados, em 7 de junho de 82, sob recomendação da ABA, foram contratados pela CVRD, dois antropólogos (Lux Vidal e Yara Ferraz) e um médico (Dr. João Paulo Botelho) para serviços de consultoria relativamente às reservas do Gavião e Xikrin, no estado do Pará, e um antropólogo (Mércio Gomes) para as reservas dos Guajá e Guajajara, estado do Maranhão. Estes grupos estariam diretamente afetados pela estrada de ferro. Os relatórios apresentados por esta equipe a CVRD, recomendavam, baseados em longa e intensiva pesquisa junto aos respectivos grupos indígenas, que o Projeto de Apoio elaborado pela FUNAI fosse reelaborado e introduzidas as alterações necessárias. Considerando que o Projeto Ferro-Carajás está em fase de implantação é imprescindível a continuidade de assessoria por parte de antropólogos e médico durante o período de desenvolvimento do Projeto de Apoio. Outrossim, urge que sejam feitos levantamentos idênticos entre os grupos tribais também considerados pelo Banco Mundial como sendo atingidos pelo Projeto Ferro-Carajás, isto é os Parakanã, Surui do Sororó, Apinayé, Krikati e Urubu-Kaapor. Continuam, abaixo, os depoimentos dos antropólogos Mércio Gomes e Yara Ferraz.

O PROJETO CARAJÁS E OS ÍNDIOS DO MARANHÃO.

(por Mércio P.Gomes)

O Grande Projeto Carajás está em implementação no Maranhão. Dos 890 km que ligam a Serra Carajás ao Porto Itaui, 650 km atravessam território maranhense, e desses, 450 km cortam a zona ecológica da pré-amazônia. A Ferrovia Carajás, que dará fundamento ao projeto maior de implantação de empreendimentos minerais agropecuários e industriais, está em fase final de conclusão, restando praticamente apenas a colocação dos trilhos e as obras de manobra dos trens, o que ocorrerá nos próximos doze meses. Não é mais uma ameaça, é uma realidade no panorama sócio-político brasileiro. Mas que realidade será está para os índios que habitam a sua zona de influência? São cerca de 3.800 os índios - Guajajara, Tembé, Urubu-Kaapor, Guajá e remanescentes de Timbira Krejê - que estão sob a categoria do que o próprio Banco Mundial, um dos principais financiadores do Projeto, chama de "zona de impacto indireto" provocado pela construção de estradas. E esses índios vivem em seis reservas: Turiaçu, Caru, Pindaré, Krikati, Araribóia e Governador, bem como espalhados entre essas reservas, margeando a própria ferrovia, como é o caso dos índios Guajá. Esta realidade tem multidimensionalidade muito forte. Ao encararmos a problemática indígena dentro da tradição antropológica brasileira, entendemos porque a realidade Carajás será tão pesada para esses índios, bem como para os restantes 5.000 índios do Maranhão. É uma realidade composta de problemas políticos locais, cujos interesses se coadunam com a política de desenvolvimento violento e desrespeitoso dos chamados "humildes": os camponeses, que perfazem cerca de 300.000 nessa região, sem terra definitiva e ameaçados diariamente pelo poder dos grileiros e fazendas agro-pecuárias, muitas delas mal disfarçam o seu interesse exclusivamente pela terra. São os trabalhadores desqualificados de cidades como Açailândia, Santa Luzia e Sta. Inês, para não falar na própria São Luís, cujos salários e condições de vida tornaram o Maranhão o estado mais precário da federação brasileira. É a 6a. D.R., cuja tradição indigenista granjeou um descrédito estadual que os seus funcionários mais conscientes mal conseguem suportar. Enfim, a pressão de políticos lo-

cais subservientes a qualquer capital que penetra o estado, a pressão compulsionada pala necessidade de terra e perspectiva condigna de vida que os camponeses exercem e exercerão ainda sobre as terras indígenas, e a fraca e inepta mediação da FUNAI local, sem nenhuma visão real da problemática indígena e pressionado por órgãos superiores para exercer uma prática de "tapar buracos" - tudo isso nos faz pensar com temor e angústia a realidade Carajás para esses índios.

A Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela Ferrovia Carajás, fez uma doação (aparentemente pressionada pela política de "Human Rights" do Banco Mundial) de US$ 13 milhões, dos quais cerca de 40% a FUNAI, num projeto que apresentou à doadora, vai destinar aos índios do Maranhão. O projeto da FUNAI tem algo de irreal. Dadas as condições que apresentamos, ele se exime totalmente de qualquer visão política, social e antropológica da realidade a que se destina. Sua filosofia pe semelhante àquela que criou a construção da Ferrovia: é como se não existissem camponeses, cidades, povoados e interesses políticos locais. Tudo se resolve por uma solução técnica, uma construção de sedes de posto aqui, um porjeto pecuário alí, uma extensão da rede elétrica acolá. Não se pensa em formar uma equipe de estudos e trabalhos, nem mesmo para o caso dos índios Guajá, de cujos 180 possíveis indivíduos, cem ou mais vivem fora de reservas, acossados aqui e ali por camponeses e fazendeiros, em regiões já tão distantes de seu habitat original como o município de Goiatins, no estado do Goiás. Nem ao menos se leva em conta o seu caráter nomádico, sem agricultura, e dado que já morreram mais de 100 deles, seja através de contato com equipes da FUNAI, seja em contato com camponeses e jagunços, será preciso urgentemente que se repense toda e qualquer política que já tenha sido praticada em cima deles.

A irresponsabilidade em relação aos Guajá é idêntica à em relação aos Gaviões da Reserva Governador, que nem no projeto é mencionada. E mais em relação aos Krikati, cuja reserva de 130.000 hectares se encontra totalmente invadida por fazendeiros locais e que há, pelo menos dez anos deveria ter sido demarcada. Ao invés disso, oferecem aos Krikati tratores, caminhões e latrinas.

O presente antropólogo está escrevendo um relatório encomendado pela CVRD, no qual esses problemas são levantados e detalhados, sobretudo para as reservas Turiaçu, Carú e Pindaré, com as quais venho trabalhando desde 1975.

*

NOTAS SOBRE UMA SITUAÇÃO CRÍTICA: OS GAVIÕES DO PARÁ.

(por Iara Ferraz)

A situação dos Gaviões do sudeste paraense caracteriza-se agora por uma nova crise, resultante de um conjunto de pressões recentemente desenvolvidas em suas relações com os vários segmentos da sociedade nacional. Posseiros, proprietários de terras nas redondezas, comerciantes em geral, agentes bancários e representantes oficiais - FUNAI, Exército, ELETRONORTE, GETAT IBDF e Cia. Vale do Rio Doce - são os principais personagens do conturbado cenário do sudetse paraense, ende estão localizados os Gaviões, a cerca de 40 kms da cidade de Marabá.

Este município, povoado atualmente pelo trânsito de garimpeiros, foi "escolhido" já no início da década de 70 como polo centralizador de vultosos investimentos, tanto estatais como privados. A passagem ao longo de todo o território dos Gaviões - cerca de 19 kms de extensão - em traçados paralelos, da rodovia PA-70 (concluida em 70), da linha de transmissão de alta tensão (em 80) e, agora, da ferrovia de Carajás, obrigou-os a promoverem alterações em sua própria concepção de sobrevivência. Desenvolveram assim mecanismos específicos para um enfrentamento direto dos kupẽ - os "civilizados", "cristãos" - sem a mediação efetiva dos representantes da FUNAI. Esta atitude dos Gaviões foi marcada pelo "salto" verificado em 1976, através da comercialização autônoma da castanha. Desde então, os avanços e sobretudo os recuos nas relações com o órgão tutelar, em seus vários níveis, mostram-se significativos diante da crise que se apresenta.

Por um lado, os mecanismos criados pelos Gaviões diante desse confronto direto são insuficientes para controlar toda a sorte de pressões crescentes. Por outro, a assistência tutelar aliada ao incentivo da rede bancária oficial restringiram-se ao estímulo inadequado a atividades como pecuária extensiva, acompanhada da exploração madeireira. Esta, por sua vez, intensificou-se no interior daquele território indígena - uma das únicas reservas de mata densa na região - de modo clandestino ou mesmo contratual, enquanto fonte de recursos para os Gaviões.

A exploração florestal, predatória para aquela sociedade, foi iniciada por ocasião dos trabalhos da ELETRONORTE para a passagem, epla área indígena, da linha de transmissão de alta tensão, subsidiária à Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Os Gaviões tomaram-na como fonte de recursos mediante

o "incentivo" dos agentes do IBDF e dos proprietários de serrarias, uma vez verificado o crescente declínio na produção de seus castanhais.

Os desmatamentos, controlados ou não, e as grandes queimadas nas redondezas, que já ocorrem há alguns anos, são responsáveis eplo afugentamento dos insetos polinizadores da castanha-do-pará. Este fenômeno alarmante vem sendo recentemente observado em toda aquela região produtora. As indenizações apenas em dinheiro recebidas da ELETRONORTE e, agora, da Cia. Vale do Rio Doce, acabaram sendo o resultado de negociações unilaterais, onde o Estado fez-se evidentemente orevalecer. Nestas ocasiões, tornou-se claro o fato de que nem sempre o tutor é o melhor guardião jurídico de seus tutelados, embora seja o mediador poe excelência. Tanto os critérios utilizados pela CVRD para o cálculo da recente indenização para os Gaviões, quanto aquela recebida em 1980 da ELETRONORTE - no valor de 40 milhões de cruzeiros, mas calculada em 83 milhões - foram atos claramente lesivos aos Gaviões, que perderam porções importantes de seu território.

Foram obrigados a construir uma nova aldeia , reunindo não só os diferentes grupos de Gaviões ali existentes, como também famílias e indivíduos de grupos distintos (Guarani, Xerente, Krĩkati e Pỹkobje), que deixaram recentemente suas áreas tradicionais, devido ao fracasso dos "projetos da FUNAI", como costumam chamar.

Mas a aldeia nova, que abriga hoje cerca de 170 pessoas, construída em alvenaria e ainda inacabada em virtude de uma série de pressões - mas principalmente diante da manipulação exercida pelos regionais, sobre os Gaviões, em questões financeiras - acabou por ficar a meio caminho entre a rodovia PA-70 e a ferrovia de Carajás, em construção. A "estrada do ferro", como chamam os Gaviões, atravessará a reserva a cerca de 10 Kms da aldeia nova, numa área limítrofe aos melhores castanhais ainda produtivos. Exatamente ali vêm ocorrendo, por sua vez, progressivas invasões de posseiros e, mais recentemente, daqueles assentados pelo GETAT, na tentativa de resolver a complexa problemática fundiária naquela região do Pará.

Mas as "soluções" diante deste quadro apresentado em relação aos Gaviões parecem ser viáveis através de uma assessoria específica, independente do órgão tutelar , conforme solicitada pela "Comunidade Indígena Parakateje", forma como passaram a se autodenominar a partir de 1976, enquanto expressão da autonomia conquistada.

* * *

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO POLONOROESTE

A FIPE (Fund. Inst. de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo) ganhou a concorrência para avaliação dos efeitos do Programa Polonoroeste sobre a população de Rondônia e Mato Grosso, afetada pelo projeto de pavimentação da estrada BR-364 (Cuiabá-Porto Velho).

O programa compreende: (a) a pavimentação da BR-364 e construção e melhoria de estradas vicinais; (b) consolidação de projetos de colonização e proteção ambiental e (c) um programa de controle de malária. Há também outros projetos para a melhoria de condições de vida e saúde da população local.

A avaliação é uma das exigências do Bco. Mundial, que está financiando parte dos três projetos iniciais.

A população indígena está incluída no Programa Polonoroeste com novos recursos para a FUNAI, que tem um Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas para o período 1980/85, portante já em execução.

Na equipe da FIPE, para avaliar os efeitos do Programa sobre a população indígena e a eficácia da ação de proteção da FUNAI, estão os antropólogos Carmen Junqueira, Edgar de Assis Carvalho e Bety Mindlin.

REUNIÓN AMPLIADA DE LA COMISION COORDINADORA DE ASUNTOS INDÍGENAS DE LA REGION AMAZONICA. Lima, Peru - julio 82

(por Doéthiro)

No encontro que tivemos em Huampani, uma pequena cidade a 30 Kms de Lima, com 4 representantes do Perú, 3 do Brasil, 2 da Bolívia, 1 da Venezuela e 2 do Equador, foram discutidos os problemas internos das organizações indígenas dos respectivos países.

Os principais problemas levantados, foram: o isolamento que as organizações indígenas sofrem por parte dos governos. Os governos impedem mesmo o surgimento de organizações indígenas de base. Entre as causas desse isolamento está atradição autoritária dos governos, que vêem nas populações indígenas um entrave ao desenvolvimento. As grande empresas madeireiras. agropecuárias, petrolíferas, extrativistas e mesmo os políticos que estão aliados aos interesses dessas grandes firmas têm prejudicado, colocando obstáculos às tentativas de organizações indígenas. Os políticos também são contra a presença missionária entre os índios, havendo casos de perseguição aos religiosos.

O governo brasileiro tem divulgado entre os países da A.L. a sua má política indigenista a ponto de países como o Equador, estarem copiando essa política. As lideranças indígenas são completamente marginalizadas nas tomadas de decisões e nso planejamentos. O Instituo Indigenista Interamericano, organização ligada à OEA e ONU, foi criticado por limitar-se à teoria, não revertendo o produto de suas pesquisas em benefício dos povos indígenas.

As comunidade indígenas na Bolívia não estão em melhores condições que no Brasil, porém tem o direito de se organizarem livremente. Na Bolívia, as populações indígenas sofrem devido à dominação que o governo brasileiro exercé sobre o governo boliviano. Assim acontece também no Perú. A Confedera-Shuar afirma que os governos só se interessam pelos índios quando há interesse do Estado envolvido, como por exemplo, em caso de guerra, o recrutamento se dá primeiramente entre os índios. Essa também é uma forma de desrespeitar e matr os povos indígenas. Na Venezuela , a aculturação foi a ponto de as populações indígenas defenderem a política do governo em troca de pequenos benefí - cios.

Os depoimentos deixaram, portanto,claro a necessidade de uma organização única que envolva as diversas organizações nacionais da bacia Amazônica. No próximo encontro, que se realizará na Venezuela, no período de 5 a 12 de outurbo desse ano, vai ser eleita uam diretoria e uma comissão indígena que acompanharão o trabalho de desenvolvimento dos governos, naquilo que interessa às populações indígenas. A comissão será formada de modo a repesentar o conjunto das organizações indígenas.Na ocasião será escolhida também a sede da organização que reunirá todas as organizações indígenas da bacia amazônica.Nesse encontro também estarão representados os governos dos países da bacia , para um tratado de cooperação com os povos indígenas.

LEVANTAMENTO KULINA (II)

Terminou recentemente a viagem de levanta - mento entre os Kulina do vale do Juruá, realizada como parte das atividades de missionários do CIMI/OPAN, já noticiada no Bole - tim nº1. Acompanhados de 10 Kulina do Purús os missionários puderam constatar, ao final de quase 4 meses de viagem, a existência de 30 aldeias, num total de 708 Madija (autodenominação Kulina). A única aldeia "assistida" é a do Sião , pela Missão Novas Tri-- bos do Brasil. Foram elaborados dois relatórios provisórios que servirão de base para um encontro da equipe Kulina (CIMI/ OPAN), em janeiro de 83, com o objetivo de planejar um trabalho mais permanente na área.

MORRE LIDER RELIGIOSO NO ALTO SOLIMÕES

(por João Pacheco)

No dia 23 de junho passado, no igarapé Juí, no alto rio Içá, veio a falecer por causas naturais José Francisco da Cruz,venerado como guia espiritual de grande parte da população Ticuna e ribeirinha que habita a região do alto Solimões.Mineiro de nascimento, têve formação religiosa na juventude.Já com mais de 30 anos, casado e pai de vários filhos, uma visão (que qualificava de divina) lhe comunicou os fundamentos da pregação que deveria iniciar pelo mundo, visando a salvação de todos os pecadores. Abandonou a família e, vivendo de donativos, peregrinou por muitos estados brasileiros. Transpoz a fronteira e durante vários anos viveu no Perú, onde sua figura se tornou bastante conhecida (aparecendo inclusive no romance de Mario Vargas Llosa, Pantaleão e as Visitadoras).

No início de 1972, após algumas dificuldades com as autoridades militares na fronteira, o "Irmão José" ou o "Hermanito" (como os Ticuna o chamavam) retornou triunfalmente ao Brasil. Conta-se que na época uma procissão com dezenas de canoas o comboiou de Tabatinga até o rio Içá, onde decidiu fixar-se permanentemente. Em sua descida pelo rio Solimões conclamando todos à "salvação da alma", a valorização do trabalho e da família, ao abandono dos valores materiais e modernos (que classificava como"sinaisdo fim do mundo", na linha ultramoralista de um catolicismo popular que lembra os beatos e pregadores do nordeste), o Irmão José "plantou" as suas cruzes em mais de 20 localidades ribeirinhas. Isso representou em cada uma delas a criação de uma unidade da religião que criara, a União Predicadora Apostólica, organizada segundo o modelo de irmandades locais. A sua mensagem definiu-se com mais força entre a população indígena, onde suas crenças e vaticínios eram sobrepostos à cosmologia Ticuna, fortemente marcada pelo tema do "fim do mundo". Em um levantamento realizado em 1975, 57% dos onze mil Ticuna eram filiados ao movimento religioso dirigido pelo Irmão José.

Inicialmente os patrões seringalistas tornando-se"diretores"de algumas irmandades tentaram manipular o movimento, vendo aí uma formar de reforçar seu contrôle sobre os

índios. Posteriormente todos perderam sua investidura, o Irmão José aproximando-se mais dos regionais pobres e dos índios, mantendo sua doutrina em uma linha fundamentalmente religiosa e mística.

Igualmente, alguns maus funcionários da FUNAI (como o ex-chefe do P.I. Umariaçú, Danilo Fernandes da Silva) tentaram utilizar se do movimento da Santa Cruz para impor e legitimar uma forçada aculturação dos Ticuna, proibindo a realização de rituais tradicionais, o uso de bebidas nativas e perseguindo os pajés, objetivando assim "educar" e promover uma cômoda (do ponto de vista administrativo) "domesticação" dos índios. Atualmente essa não é mais a linha de atuação dos elementos da FUNAI na região e a tendência parece ser a de que os próprios índios - sem a intervenção dos civilizados - discutam as condições de retomada e a atualização de suas práticas tradicionais.

A morte de "Hermanito", por doença e enfraquecimento (já estava com mais de 60 anos), coloca o problema sociológico básico de como realizar a sucessão de um líder religioso cuja autoridade era de base carismática. Mas a curto prazo, parece, isso não deverá afetar a continuidade do movimento, uma vez que esse dispõe de uma estrutura burocrática bem elaborada e que permanecem as condições sócio-culturais que geraram a ampla adesão a esse movimento.

"Hermanito" Agência O GLOBO, out.76

DEU NA COLUNA DO CASTELLO
(Jornal do Brasil de 28/8/82)

idéia da escolha de uma mulher para ministro do Supremo Tribunal Federal, pedindo-lhe que sugerisse um nome. O professor Reale não resitou: a mulher que está em condições de ir para o Supremo, como ministra, é Esther Figueiredo Ferraz.

A FUNAI NO NOVO MINISTÉRIO

O ministro Mário Andreazza sugeriu ao Governo que incluisse a FUNAI entre os órgãos do novo Ministério da Terra, confiado ao general Venturini. A idéia em princípio foi aceita, mas como se trata de fundação é necessário tempo para adoção das providências legais que possibilitem a transferência.

MÁRIO PALMÉRIO

O escritor Mário Palmério descerá em breve do Amazonas, onde vive a bordo de um barco, para uma visita a Minas. Ali chegará, barba e cabelos longos, grisalhos e revoltos, camisa para fora das calças, alpercatas nos pés. Ele irá aos velhos amigos para uma visita e lhes dirá que talvez se vejam pela última vez e quer lhes fazer um último pe-

---

NOVA DIRETORIA DA ANAÍ-PORTO ALEGRE

Foi eleita dia 10 de agosto e é composta das seguintes pessoas:

presidente: Julio Marcos Germany Gaiger, advogado.
vice-presidente: Mauro Silveira de Castro, bioquímico.
1º secretária: Raquel Cunha, licenciada em Ciências Sociais e acadêmica de História.
2º secretária: Arlei Pedroni, acadêmica de filosofia.
1º tesoureiro: Armando de Negri Fº, acadêmico de Medicina.
2º tesoureira: Maria Venina Nólibos, professora estadual aposentada.

FREI GIL GOMES ENTREVISTADO NO CEDI

Dia 28 de junho, pela equipe de edição do Levantamento. Missionário dominicano há dezenas de anos trabalhando na região sudeste do Pará e Norte de Goiás, falou da sua formação como missionário e dos primeiros contatos com os Suruí e os Gavião.

Dicas/Serviços

1º CURSO DE ANTROPOLOGIA MÉDICA DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

Organizado pela disciplina de Epidemiologia e grupo Xinguano do Departamento de Medicina Preventiva, de 14/9 a 7/10, às terças e quintas à noite, na Rua Botucatu 862, 8º andar. As matrículas estarão abertas a partir de 8 de setembro na Rua Napoleão de Barros, 750 - Vila Mariana - fone: 571-6934, falar com Wilson. Temas das aulas: Dia 14.9 - A Diversidade Humana-Uma Introdução à Antropologia - Edgard Assis Carvalho (PUC). Dia 16.9 - Antropologia Médica - O Biológico e o Cultural - Josildeth Gomes Consorte. (PUC). Dia 21.9 - Concepções e Práticas de Saúde em Contextos Tribais - Lux Vidal (USP). Dia 23.9 - Medicina Tradicional e Processo de Medicalização no Meio Rural - Maria Helena Vilas Boas Conconi (PUC). Dia 28.9 - Doença e Cura Numa População de Migrantes - José Guilherme Magnani e Cláudio Torres de Miranda (Psiquiatria LPM). Dia 30.9 - Sistemas Religiosos Como Agências Populares de Cura - José Guilherme Magnani. (UNICAMP). Dia 5.10 - A Capitalização da Medicina - Geraldo Giovani (UNICAMP). Dia 7.10 - Relação Médico-Paciente - José Augusto Guillon Albuquerque (USP). Ana Cicilia Silveira Sucupira (Fac.Medicina USP) e Carlos Roberto Martins Lucaz (Sociedade Brasileira de Psic. Analítica)

POLÍTICA INDIGENISTA EM DISCUSSÃO

Entre 20 e 22 de outubro, em nova Friburgo/RJ, se desenvolverá o IIIº Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPPOCS). Dentre inúmeras problemáticas a Política Indigenista estará em discussão no Grupo de Trabalho Política Indigenista, coordenado por Lígia Simonian. Cinco trabalhos constam da pauta e versarão sobre a proposta de implantação da estadualização e/ou regionalização da política indigenista. São eles: "A questão da estadualização-possibilidades reais de implantação" Lígia Simonian; "As implicações de estadualização na Política indigenista - o caso da Bahia" -Maria do Rosário Carvalho; "A questão da estadualização do ponto de vista do índio" Cecília Helm; "Política Indigenista em Pernambuco" Judith Hoffnagell; "Participação do INTERBA na política indigenista" Omar da Rocha Jr. Como convidados especiais participarão Roberto Cardoso de Oliveira, Olímpio Serra e Eunice Durhan. Outros interessados em participar deverão entrar em contato com Ligia Simonian, pelos telefones 055 332.3211 ou 332.3623, nas 2ºs e 3ºs feiras .

ENCONTRO TUPI vai reunir na PUC de São Paulo, entre 3 e 5 de novembro, pesquisadores de povos indígenas Tupi. Dando continuidade aos trabalhos iniciados em abril, durante reunião da ABA, este grupo de trabalho está empenhado em discutir, com base em várias investigações concretas, a possibilidade de se fazer uma "antropologia Tupi" e de construir um modêlo teórico geral (talves elaborado a partir da cosmologia) que "explique" satisfatóriamente essas sociedades. Os trabalhos a serem apresentados, bem como as discussões do encontro, pretendem ser reunidos em livro. Entre os participantes estão: Aryon Rodrigues: Aspectos Linguisticos Tupi-Guarani; Roque de Barros Laraia: Assurini do Trocará e Suruí do Sororó (Médio Tocantins); Dominique Gallois: Oyampí do Amapá ; Mércio Gomes: Guajá do Maranhão; Edson Diniz: Guajajara do Maranhão; Regina Muller : Asurini do Koatinemo; André de Toral: Ava-Canoeiros (Goiás); Rafael de Meneses Bastos Kamayurá do Alto Xingu; Antonio Carlos Magalhães e Lux Vidal: Parakanã (Médio Tocantins); Betty Mindlin: Suruí de Rondonia:Carmem Junqueira: Cinta Larga de Rondonia; Berta Ribeiro: Asurini, Araweté e Kayabi; Virgínia Valadão e Expedito Arnaud: Tembé do Gurupi; Eduardo Viveiros de Castro: Araweté do Pará; Miguel Menendez: Migrações históricas dos Tupi do Madeira; Waud Kracke(de Chicago):Parintintin; também o professor Charles Wagley manifestou interesse de participar. Maiores informações com a Profª Lux Vidal, Depto. de Ciências Sociais da USP, Cx. Postal 8105, 01000, São Paulo, SP.

MEC FINANCIA FILME ENTRE OS ZORÓ

Com roteiro de Edilsom Martins, o cineasta baiano Luiz Paulino rodou recentemente um "filme educativo" sobre uma brincadeira de caça dos Zoró, no Parque Aripuã (RO), que faz parte de um projeto, de audio-visuais para alunos de escolas públicas de 1º grau.

CIMI ESTÁ FAZENDO REVISÃO DO MAPA

"Índios do Brasil e presença Missionária" , visando uma nova edição atualizada para 1983. Quem tiver sugestões e correções, escrever para a Cx. Postal 10.2382, 70.000 , Brasília, D.F., aos cuidados de Dirceu Aguirre.

O ÍNDIO E O MUNDO DOS BRANCOS

De Roberto Cardoso de Oliveira, em terceira Edição, pela Ed. da UNB. Publicado primeiramente em 1964, com base em pesquisas realizadas entre os Tikuna (Alto Solimões), e a edição atual conta com um prefácio especial no qual o autor destaca algumas grandes modificações na vida desse povo, como por exemplo o deslocamento da maioria da população indígena das margens dos igarapés (onde moravam em grandes malocas comunais) para suas embocaduras ou, simplesmente, para algum ponto do rio Solimões. "Mas o fenômeno' mais espetacular relacionado com o descimento dos Tukúna está indubitávelmente no engajamento da maior parte de sua população no chamado "Movimento da Santa Cruz", dirigido pelo líder religioso José Francisco da Cruz, recentemente falecido (Ver nota "Morre líder religioso no Alto Solimões" na seção NOTAS/NOTÍCIAS).

ÍNDIOS MAKAXALI - RESISTÊNCIA OU MORTE,

Vários autores, Ed. Interlivros, Belo Horizonte, 1980, 100p., Cr$ 1.000,00. Apesar da data impressa no livro - 1980 - sua publicação e lançamento é do 2º trimestre deste ano. O livro engloba tres trabalhos independentes sobre os índios Makaxali: por Marcos Magalhães Rubinger (falecido em 1975), por Maria Stella de Amorim (ambos escritos no início da década de sessenta) e por Sonia de Almeida Marcato (1979).

CARTILHA YÃNOMAMÈ

De Loretta Emiri, da Missão (católica) Catrimani, do Setor Indigenista da Diocese de Roraima, reúne 4 cartilhas elaboradas com a colaboração de dois Yanomami que participaram da experiência do "Projeto Alfabetização", entre dezembro de 78 e outubro de 81, na língua indígena (mimeografado).

CIÊNCIAS DA TERRA

É a Revista Bimestral da Sociedade Brasileira de Geologia, com o objetivo de publicar trabalhos científicos na área de Ciências Geológicas, e também comentários, análises, críticas e opiniões sobre assuntos economicos, políticos, ensino, pesquisa e outros temas de interesse para a comunidade científica. Seu primeiro número é de Nov.Dez. 81 dando destaque para "Carajás: Uma Decisão Nacional" e "República Livre do Tapajós". Para informações e assinatura, escreva ou telefone para "Ciências da Terra" - Seção de assinaturas - Rua Rio de Janeiro, 452, Pituba, 40.000 - Salvador, Ba, tel.071-2484724.

SAIU O 3º VOLUME DE KOCH GRUNBERG

Del Roraima al Orinoco, Eds. del Banco Central de Venezuela, Caracas, 1982, 368 p.

ENTRE ÍNDIOS E REVOLUÇÕES

De Darcy Bandeira de Mello, Editora Soma, SP, 275 p., Cr$ 1.200,00. O autor, filho do sertanista que chefiou a expedição de pacificação dos Kaingang pelo SPI, conta suas memórias de vida pelos sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás entre 1911/1941.

O SOCIALISMO MISSIONEIRO,

De Décio Freitas, trata das missões jesuíticas da época colonial, no Rio Grande do Sul (Editora Movimento, 79 p.).

CADERNOS DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA Nº 10

Traz o acervo bibliográfico e documental do Arquivo Kaingang/Guarani e Xetá, organizado por Ligia T. L. Simonian. Ele reúne um material que se encontrava disperso e assim justificado pela sua organizadora: "Suscintamente diríamos que o arquivo pretende aglutinar informações já existentes sobre os Kaingang, os Guarani e os Xetá, visando com isto estimular e facilitar a pesquisa e o estudo sobre estes povos, povos que apesar de toda opressão que vêm sofrendo desde que sociedades alienígenas se instalaram em seu habitat, conseguiram (com exceção dos Xetá) e se afirmar como povos específicos, vinculados portanto, a características étnicas, sociais e culturais diversas". A publicação pode ser pedida pelo reembolso à Livraria Universitária/Fidene, Rua São Francisco, 501 Cx. Postal, 560 - 98.700, Ijuí - RS.

HISTÓRIAS DE VERDADE

São contadas pela antropóloga Aracy Lopes da Silva, com ilustrações de Maria Carolina Rodrigues. Com cerca de 60 páginas, esse livro será publicado proximamente pelo Pró-Memória/INL e destinado a crianças entre 8 e 12 anos. Centradas na figura do menino Xavante de nome Uirê e no Pedro, filho da professora do Posto, as histórias se passam na aldeia (onde a etnografia Xavante serve de base para se apresentar os aspéctos fundamentais das sociedades indígenas) e na cidade grande (quando os índios vem participar de um encontro de lideranças)
- a sair.

CARAJÁS, O ATAQUE AO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

Reúne em livro as reportagens de Lúcio Flávio Pinto publicadas em edição especial do jornal "O Liberal", de Belém. O autor tenta expor numa parte do livro as propostas dos formuladores do Programa "Grande Carajás", cujos investimentos seriam da ordem de 62 bilhões de dólares, o equivalente a nossa atual dívida externa, a pretexto de pagá-la. Também comenta criticamente os planos das hidrelétricas e de navegação das bacias dos rios Xingú e Tocantins, procurando destacar as possibilidades de utilização regional das obras que estão sendo feitas para benefício principal dos grandes grupos econômicos. Sobre os índios da região, é "como se não existissem", diz o título do artigo na página nº 100. (Ed. Marco Zero e Studio Alfa, RJ, 112 p., Cr$ 720,00).

O GRAVADOR DO JURUNA

Registrou em fita K-7 conversas e mais conversas, nas andanças desse cacique que saiu da aldeia de Namukurá (MT) para Brasília, para o Rio, São Paulo e Roterdam, na Holanda. Todo esse material serviu de base para a montagem do livro recentemente publicado pela Ed. Mercado Aberto (Porto Alegre, 296 p., Cr$ 950,00), com texto final do jornalista Antonio Hohlfeldt e fotos de Assis Hoffmann, ambos da ANAÍ-POA. Dedicado à jornalista Memélia Moreira, "condenada por denunciar a corrupção da FUNAI" e a todas as lideranças indígenas do Brasil, "assassinadas perseguidas e isoladas", o livro pretende traçar um esboço da figura de Mário Juruna, que segundo o prefaciador Darcy Ribeiro é um representante incontestável dos índios do Brasil, depois de Rondon. Em anexo, são reproduzidos documentos ligados ao quiproquó da viagem de Juruna ao IV Tribunal Russel, bem como as denúncias dos casos de violação dos direitos indígenas no Brasil (Nambiquara, Rio Negro e Mangueirinha).

POTIGUARA E TEXTOS DIDÁTICOS

O prof. Francisco Moonen, antropólogo da Universidade Federal da Paraíba, está oferecendo a todos os interessados (além de ter enviado cópias para o arquivo do Levantamento/CEDI) uma série de textos didáticos, publicados na forma de pequenos livretos de produção "artesanal": Política Indigenista no Brasil, 46pp, Cr$ 100,00; População Indígena no Brasil, 19pp, Cr$ 50,00; Índios e Antropólogos, 22pp, Cr$ 50,00; Monografia: Os Índios Potiguara da Paraíba, 70pp, Cr$ 100,00. Pedidos, com cheque ao portador, para o autor: F. Moonenm Cx. Postal 201, João Pessoa - (CEP 58.000), Pb.

O ESTADO DO DIREITO ENTRE OS AUTÓCTONES DO BRASIL

De Carl F.P. von Martius, Ed. Itatiaia e Edusp, 1982, 107 p., Cr$ 550,00. Trata-se de um texto pouco conhecido do naturalista Martius, que juntamente com Spix escreveu a famosa "Viagem pelo Brasil", publicada em tres volumes. O livro inclui também outros textos curtos, como "Os Índios (A raça cor de cobre) e sua História como parte da História do Brasil", escritos nos anos 30 e 40 do século passado.

OS ÍNDIOS CINTAS-LARGAS

De Richard Chapelle, traduzido do original em francês, acaba de ser publicado pela Ed. Itatiaia e Edusp. São 173 páginas de um texto jornalístico. Lamentavelmente essa edição em português não traz as fotos da publicação original.

DAS REDUÇÕES LATINO-AMERICANAS ÀS LUTAS INDÍGENAS ATUAIS

Livro organizado por Eduardo Hoornaert, reúne trabalhos apresentados no IX Simpósio Latino-Americano da CIHILA (o mesmo grupo que está escrevendo a História da Igreja, publicada pela Vozes), realizado em Manaus no ano passado. A quase totalidade dos textos trata de aldeamentos específicos, organizados por missionários católicos durante o período colonial, no México, EUA, Bolívia, Perú e Brasil. O organizador não explica porque o título da obra inclui as "lutas indígenas atuais", embora no final constem algumas poucas páginas com o depoimento de dois índios Tucano (do Alto Rio Negro) sobre as missões salesianas (Edições Paulinas, 255p, Cr$ 1500,00).

TEXTOS INDIGENISTAS

De Curt Nimuendajú, acaba de ser publicado pela Ed. Loyola, com introdução de Carlos de Araújo Moreira Netto, prefácio e coordenação de Paulo Suess. Os textos incluídos, boa parte deles já publicados mas de difícil acesso, são os seguintes: O Fim da Tribo Oti (1910); Carta Sobre a Pacificação dos Coroado (1912); Os Índios Parintintin do Rio Madeira (1924); As Tribos do Alto Madeira (1925); Reconhecimento do Rio Içana, Ajari e Uaupés (1927); Os Índios Tukuna (1929); Índios Maxakali (1939); Os Gorotire (1940) e Carta sobre a Expedição Armada Contra os Índios Parakanã (1945). O livro inclui ainda um texto de Herbert Baldus ("Curt Nimuendajú), Fontes e Bibliografia. Tudo em 256 páginas, por Cr$ 1.000,00.

INDIGENISMO E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NO MÉXICO

(1970-1982) é o título do artigo de Marie-Chantal Barre, publicado em francês na revista Amerique Latine, nº 10 (abril/junho de 82), publicação do Central de Paris. A mesma revista noticia ainda o recebimento das seguintes publicações e documentos recentes: "Indianité, ethnocide, indigénisme en Amerique Latine" (CNRS, Paris, 1982, 263p.), "Dossier sur l'Amazonie" e "Indian population under authoritarian regimes: the case of the Mapuche in Chile" (Institute for Policy Studies, Washington, 36p.).

DISTRIBUIÇÃO DO VOL. JAVARI

No período de 23/6 até 2/9, foram distribuidos mais 116 exemplares do vol. 5, para os seguintes destinatários: (I) Colaboradores Efetivos e Contatados: 5 antropólogos, 2 índios, 3 indigenistas, 1 fotógrafo, 7 missionários e 4 outros. (II) Para instituições, a distribuição foi a seguinte: Bibliotecas e Museus/Brasil 10, Igrejas e Seminários Evangélicos 52, Agências Financiadoras 3, Entidades de Apoio ao Índio/Exterior 3, Bibliotecas e Museus/Exterior 1, CPT-regionais 25. Somando-se esses dados àqueles das tabelas publicadas no nº 2 do Boletim, a distribuição até agora atingiu um total de 973 exemplares.

Calendário

REUNIÕES/ENCONTROS MARCADOS

9 a 12 de setembro, colaboradores da Área Tapajós/Madeira, em Manaus.

Semana de 20/9, no CEDI-SP, encontros de trabalho com G.Grunberg.

27/9, no CEDI-SP, às 10 h., reunião da equipe de edição com os colaboradores redatores da Área Sudeste do Pará.

2 e 3 de outubro, em Belo Horizonte, colaboradores da Área Leste.

11/10, no CEDI-SP, reunião de pauta do Boletim nº 4.

25/10, fechamento do Boletim nº 4.

2 a 15 de janeiro, colaboradores da Área Juruá/Jutaí em Tefé.

6 e 7 de janeiro, no CEDI-SP, colaboradores da Área Parque do Xingú.

COLABORE COM O BOLETIM

Para que o Boletim se torne cada vez mais um instrumento da rede de colaboradores, dependemos de você. Qualquer material que você julgue de interesse circular é só enviar. Pode ser uma notícia interessante de jornal, entrevista, relato de um caso significativo, análise, comentário, opinião, correções das informações veiculadas nos volumes ou boletins publicados, críticas aos procedimentos de trabalho, notícias do andamento e dificuldades do LEVANTAMENTO nas Áreas.

Esse material tanto pode ser um texto extenso (embora levando em conta os limites de espaço do BOLETIM), como pode ser uma página, um parágrafo, ou mesmo uma frase.

25 de outubro, fechamento do próximo BOLETIM

EXPEDIENTE

Povos Indígenas no Brasil

Boletim do Levantamento/
CIRCULAÇÃO INTERNA

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
Cx.Postal 54097.
01000 São Paulo SP Brasil

Editor. Carlos Alberto Ricardo.

Colaboradores: André Amaral, Carlos A. Ricardo, João Pacheco de Oliveira Fº., Fany Ricardo, Luiz Roncari.
Produção gráfica: Maurício Piza
Tiragem: 400 exemplares
Fechamento do próximo nº: 25 de outubro.

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 São Paulo SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Conselho Editorial
Paulo Ayres Mattos
Leticia Cotrim
Heloísa Martins
Aluísio Mercadante
Zwinglio Mota Dias
Neide Esterci
Jether Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Elter Dias Maciel